

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (EUA) ELIZABETH ANNE REED

DESAFIOS GEOPOLÍTICOS DO SÉCULO XXI NA ÁFRICA:

Como e por que grandes potências intervêm e um estudo sobre a crise na Líbia em 2011

Rio de Janeiro

2019

CC (EUA) ELIZABETH ANNE REED

DESAFIOS GEOPOLÍTICOS DO SÉCULO XXI NA ÁFRICA:

Como e por que grandes potências intervêm e um estudo sobre a crise na Líbia em 2011

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG Maurício do Nascimento Pinto

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

Eu estou muito agradecida pela oportunidade de estudar na Escola de Guerra Naval do Brasil, e pelo apoio das Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos da América durante este intercâmbio.

Também gostaria de agradecer aos instrutores da Escola de Guerra Naval e aos meus colegas do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores por me acolher e pelo verdadeiro espírito de camaradagem entre os parceiros navais. Especificamente, eu gostaria de expressar minha gratidão ao meu orientador deste trabalho, o CMG Maurício do Nascimento Pinto, e à minha orientadora neste curso, CC (IM) Bárbara Leite Costa Mendes.

Finalmente, agradeço à minha família e amigos que me apoiaram em todos os meus esforços.

RESUMO

Esta monografia analisa as motivações dos interesses de grandes potências na África e as abordagens usadas para projetar o poder no continente. Desafios geopolíticos e ameaças transnacionais como terrorismo, tráfico ilícito e proteção ambiental são algumas das raízes da intervenção e assistência estrangeira em assuntos relacionados ao continente africano, além da violação de padrões internacionalmente respeitados em áreas como os direitos humanos. Duas abordagens conceituais para a intervenção ocidental são estudadas. Primeiro, o conceito de Joseph S. Nye, Jr., *soft power*, e, segundo, o conceito de Suzanne Nossel, *smart power*. Um estudo mais profundo da gama de envolvimento militar disponível para exercer *smart power* leva, em seguida, a um exame da crise da Líbia (2011) durante a Primavera Árabe. A Líbia do século XXI demonstra como a comunidade internacional pode trabalhar em conjunto, utilizando as forças de *smart power* para promover uma mudança positiva na África. Especificamente, o envolvimento militar é analisado, desde ataques aéreos da coalizão às operações de apoio a migrantes. Por último, este trabalho examina uma abordagem diferente do envolvimento internacional na África, exercida pela China e denominada o *Belt and Road Initiative*, ou Iniciativa do Cinturão e Rota. Tal método, baseado em finanças e infraestrutura, é comparado com a abordagem de *soft power* e *smart power* do ocidente, e a competição entre as grandes potências é discutida como um motivo para incentivar a estabilidade e prosperidade na África. A análise conclui que uma abordagem cooperativa e equilibrada abordando os assuntos internacionais de interesse comum na África pode resultar em prosperidade para o continente mais afetado pelo subdesenvolvimento no mundo.

Palavras-chave: *Soft power*. *Smart power*. África. Líbia. Iniciativa do Cinturão e Rota.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa da Iniciativa do Cinturão e Rota da China	48
------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRI –	<i>Belt and Road Initiative</i> - Iniciativa do Cinturão e Rota
EUA –	Estados Unidos da América
EUNAVFOR –	<i>European Union Naval Force</i> - Força Naval da União Europeia
FAO –	<i>Foreign Area Officer</i> - Oficial de relações internacionais
ISWAP –	<i>Islamic State West Africa Province</i> - Província do Estado Islâmico da África Ocidental
MNJTF –	<i>Multinational Joint Task Force</i> - Grupo de Trabalho Conjunto Multinacional
NSS –	<i>National Security Strategy</i> - Estratégia de Segurança Nacional
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC –	Partido Comunista Chinês
PLAN –	<i>Chinese People's Liberation Army-Navy</i> - Marinha do Exército de Libertação do Povo Chinês
TNC –	<i>Transitional National Council</i> - Conselho Nacional de Transição
TPI –	Tribunal Penal Internacional
UA –	União Africana
UE –	União Europeia
UNODC –	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> - Gabinete contra a Droga e o Crime das Nações Unidas
UNPKO –	<i>United Nations Peacekeeping Operations</i> - Operações de Paz das Nações Unidas
UNSCR –	<i>United Nations Security Council Resolution</i> - Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
USAFRICOM –	<i>United States Africa Command</i> - Comando Africano dos Estados Unidos
USD –	Dólares dos Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Objetivos e limitações	8
1.2	Abordagem teórica adaptada: <i>soft power</i> + <i>smart power</i>	10
1.3	Visão geral das questões geopolíticas na África moderna	12
2	UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA DOS PODERES OCIDENTAIS	15
2.1	<i>Soft power</i> e como relaciona-se com a África Pós-Guerra Fria	15
2.2	O conceito de <i>smart power</i> com força militar calculada	18
2.2.1	Um método internacional e interagencial (União Europeia e OTAN)	19
2.2.2	O modelo dos Estados Unidos da América de cooperação em segurança	22
3	APLICAÇÃO DE <i>SMART POWER</i> NA LÍBIA	26
3.1	Intervenção estrangeira na Líbia durante a história moderna	27
3.2	Ímpeto para a ação estrangeira recente	29
3.3	Intervenção militar (2011)	30
3.4	Realidade pós-intervenção em um Estado falido	32
4	A ABORDAGEM CHINESA: O CINTURÃO E ROTA	35
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO: UMA COMPARAÇÃO	38
6	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	45
	ANEXO	48

1 INTRODUÇÃO

Em 1990, à beira do colapso da União Soviética e no mesmo ano em que a *world wide web* foi criada, o cientista político norte-americano Joseph S. Nye, Jr. escreveu um artigo na revista *Foreign Policy* prevendo uma mudança nas formas de emprego de poder internacional em um mundo recém interconectado. Ele previu que os Estados alterariam o emprego de seu poder, reconhecidamente centrado no campo militar, para uma estrutura que englobasse os campos econômico, diplomático e tecnológico, de forma a influenciar o ambiente geopolítico (NYE, 1990). Nye nomeou essa nova abordagem de *soft power* e afirmou que esse conceito de poder em escala global seria necessário para enfrentar tanto os novos desafios globais quanto aqueles que estavam em evolução:

Cada vez mais, os problemas de hoje [...] são questões em que todos os Estados tentam controlar os atores transnacionais não estatais. As soluções para muitas questões atuais de interdependência transnacional exigirão ação coletiva e cooperação internacional. Essas questões incluem mudanças ecológicas [...], epidemias como AIDS, comércio ilícito de drogas e terrorismo.¹ (NYE, 1990, p. 163, tradução nossa)

Quase trinta anos após a publicação, as ameaças transnacionais identificadas por Nye, além de outras, estão presentes no continente africano. Embora nenhum país na África possua armas nucleares, e muitos Estados africanos tenham sentimentos fortes de independência, após anos de colonização com subsequente domínio autocrático, a África detém dezesseis por cento da população mundial e é o continente que mais cresce no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2017). Em um mundo que está mais conectado do que nunca por meio da tecnologia, as potências mundiais não podem permitir que ameaças transnacionais como as descritas por Nye espalhem-se e cresçam no segundo maior

¹ Do original: “Increasingly, the issues today [...] are issues in which all states try to control nonstate transnational actors. The solutions to many current issues of transnational interdependence will require collective action and international cooperation. These include ecological changes [...], health epidemics such as AIDS, illicit trade in drugs, and terrorism.”

continente do mundo (África é o segundo continente tanto em população quanto em extensão territorial, ficando atrás apenas da Ásia).

Enquanto os jovens países africanos ainda passam pelos processos de desenvolvimento, tornando-se um ambiente favorável para o surgimento de ameaças transnacionais, países de fora do continente adotam medidas individuais e conjuntas para combater tais riscos. Algumas abordagens encaixam-se no conceito de *soft power* estabelecido por Nye, outras, entretanto, ainda são mais baseadas no emprego de forças militares. Recentemente um emprego limitado de poder militar tem sido utilizado por potências estrangeiras associado aos itens constantes do conceito de *soft power*, numa clara abordagem combinada. Dentro desse contexto outro conceito será discutido, complementar ao definido por Nye e mais aplicável à geopolítica contemporânea: *smart power*. Trata-se de uma abordagem do internacionalismo liberal defendido por Suzanne Nossel, em que ela defende a importância do uso coordenado dos meios diplomáticos e militares, bem como a disseminação dos valores dos Estados que os aplica (NOSSEL, 2004).

Este trabalho aborda o tênue equilíbrio no emprego de poderio militar para o cumprimento de agendas estabelecidas na área de segurança e de diplomacia. Da mesma forma, analisa a eficácia da aplicação dos conceitos de *soft power* e *smart power* em um momento de globalização plena, tendo como foco o continente africano e tomando como referência os esforços internacionais dispendidos na crise na Líbia em 2011. A seção a seguir apresenta objetivos e limitações específicos para este trabalho.

1.1 *Objetivos e limitações*

O propósito deste trabalho é estudar os motivos e as formas com que as grandes potências estão influenciando o atual quadro geopolítico na África, ao mesmo tempo em que examina pontualmente a recente crise na Líbia como forma de avaliar a eficiência e eficácia desses esforços internacionais naquele país. Mais especificamente, este trabalho tem como

objetivo mostrar que uma abordagem colaborativa das potências internacionais com um equilíbrio do envolvimento diplomático, econômico e militar pode obter melhores resultados contra as ameaças globais oriundas do continente africano. Esse método, conceituado como *smart power* e *soft power*, vem sendo adotado principalmente pelas potências ocidentais e está constantemente adaptando-se às diferentes realidades que enfrenta. Tal método utiliza um contexto contemporâneo, afastando-se do pensamento tradicional Pré-Guerra Fria (pré-1947) de força militar bruta e buscando entender a possibilidade de um envolvimento militar de forma limitada. O conceito de *soft power* definido por Nye e o conceito de *smart power* estabelecido por Nossel, juntamente com sua aplicabilidade no atual envolvimento internacional na África, é examinado em conjunto com várias formas de emprego de poder militar.

Embora o passado colonial da África não possa ser ignorado ao se falar sobre os atuais desafios econômicos e de segurança do continente, um exame dos efeitos da colonização não é o foco deste trabalho. A moldura temporal deste estudo engloba o período compreendido entre o final da Guerra Fria (1947-1991) até os dias atuais. Eventos históricos fora desse período somente serão citados ou explicados quando estritamente necessário e com a condição de facilitar o entendimento de fatos presentes. As chamadas “grandes potências” analisadas neste trabalho estão divididas em dois grupos: primeiro, serão consideradas os Estados Ocidentais selecionados, conforme definidos a seguir, e seus esforços coordenados de acordo com as definições de *smart power* e *soft power*, bem como eventuais empregos de poder militar; segundo, um contraponto utilizando o recém-desenvolvido modelo de relações internacionais estabelecido pela China, com foco na sua aplicação na África. No intuito de definir claramente o escopo do trabalho, serão considerados os Estados Unidos da América (EUA) e os países membros da União Europeia (UE) como objeto de estudo para os Estados Ocidentais. Isso não significa tirar os esforços de outras potências ocidentais como o Canadá e o Brasil, que também têm grandes interesses econômicos e de segurança na África, mas é apenas para delimitar o

trabalho. Antes de avançar com uma análise conceitual aprofundada, a metodologia usada neste trabalho será apresentada na próxima seção.

1.2 Abordagem teórica adaptada: *soft power* + *smart power*

Este capítulo introdutório objetiva apresentar uma visão contextual dos principais desafios geopolíticos que estão na origem das ameaças globais provenientes da África. O capítulo dois apresenta o pensamento filosófico e prático que sustenta a abordagem ocidental contemporânea em relação aos assuntos relacionados à África. Depois de analisar os fundamentos dos conceitos de *soft power* e *smart power*, este trabalho buscará comprovar se a aplicação de uma solução combinada de ambos, incluindo também emprego do poder militar, pode ser mais eficaz para enfrentar os atuais desafios geopolíticos e alcançar objetivos diplomáticos, econômicos e de defesa referentes ao continente africano. Um estudo dos esforços interinstitucionais da União Europeia mostra ganhos positivos contra ameaças transnacionais específicas relacionadas à África que afetam o cenário econômico e de segurança global, utilizando ferramentas militares e civis. Por fim, o conceito atual adotado pelos Estados Unidos da América para cooperação na área de segurança² é analisado a fim de compreender a ampla gama de opções de intervenção militar.

O terceiro capítulo apresenta um estudo sobre a crise ocorrida na Líbia no início do século XXI, com uma contextualização histórica dos fatos que culminaram com a intervenção internacional. Embora conflitos anteriores na Líbia não possam ser ignorados para a compreensão do contexto completo da crise, este capítulo enfoca prioritariamente os conflitos após a Primavera Árabe (2011), mostrando o aumento das intervenções internacionais para conter a convergência de várias ameaças transnacionais sob uma estrutura política autoritária. As intensas, mas limitadas, operações militares realizadas pelas potências ocidentais são

² Cooperação na área de segurança é o termo usado pelos militares dos EUA para abranger várias formas de interação militar-a-militar com forças parceiras.

destacadas como um movimento necessário e calculado na crise ocorrida na Líbia em 2011. Finalmente, o estudo sobre a Líbia termina com a situação atual, com potências ocidentais utilizando o *soft power* e a parte diplomática do *smart power* para reconstruir um Estado que, apesar de falido, tem uma posição estratégica para conter ameaças transnacionais. A crise da Líbia foi escolhida para este estudo pois demonstra toda a gama de intervenções diplomáticas e militares internacionais possíveis. Somam-se a isso que os fatos que motivam a geração de ameaças transnacionais e também o estabelecimento de autocracias, que permeiam praticamente todo o continente africano, estiveram presentes em todas as fases da crise da Líbia. Vários outros Estados do norte da África sofreram convulsões durante a Primavera Árabe, mas nenhuma entrou em colapso como a Líbia. Apenas o tempo dirá se os atuais esforços da comunidade internacional na Líbia são eficazes, entretanto é possível conduzir uma análise crítica com base no quadro atual para verificar a validade de aplicação combinada de *soft power* e *smart power*.

Após a análise teórica e estudo de caso dos métodos ocidentais empregados para combater as ameaças globais na África, será apresentada uma abordagem alternativa. A Iniciativa do Cinturão e Rota, ou o *Belt and Road Initiative* (BRI), da China, introduzido em 2013, inclui indiscutivelmente menos envolvimento militar e mais foco no desenvolvimento de infraestrutura, sob um grande plano econômico. Tal modelo diverso de relações externas é examinado como um contraponto aos esforços ocidentais. Mesmo ciente de que o BRI inclui esforços em todo o mundo, apenas parcerias estabelecidas pela China na África serão o foco do capítulo quatro. Os resultados dos esforços das potências ocidentais e da China serão analisados, comparados e discutidos no capítulo cinco, seguidos de uma breve conclusão no capítulo seis. Para preparar melhor o leitor para a metodologia discutida aqui, a última seção deste capítulo introdutório fornecerá a base necessária para o argumento.

1.3 Visão geral das questões geopolíticas na África moderna

Devido à facilidade de transferência de informações, e de movimentação de pessoas e bens no século XXI, as questões geopolíticas que antes pareciam estar completamente isoladas dentro de uma área geográfica agora têm o potencial de tornarem-se questões globais que afetam qualquer Estado, independentemente de sua localização física. Essa ideia será discutida no capítulo dois, mas antecipadamente destacaremos quatro fatores importantes geopolíticos transnacionais na África que poderiam gerar motivação para uma possível intervenção internacional, seja nas áreas econômica, diplomática e militar ou por outros meios.

Primeiro, a falta de uma forte segurança a nível nacional ou regional apresenta inúmeras oportunidades para surgimento e expansão de organizações terroristas, pirataria e tráfico ilícito. Embora isso tenha acontecido em muitas partes da África, as células terroristas na Bacia do Lago Chade, a saber, Boko Haram e a província do Estado Islâmico da África Ocidental (ISWAP), são exemplos claros (OBAJI, 2019). Se houver uma possível ameaça violenta contra as grandes potências nessa região, um país capaz, ou uma coalizão, provavelmente enviará assistência, como no caso da Bacia do Lago Chade, onde o apoio militar internacional foi dado à Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF) liderada por países africanos engajados na luta contra o terrorismo na região. Além disso, o estabelecimento das fronteiras no continente africano foi conduzido durante os tempos coloniais levando em conta interesses externos, sem considerar relações tribais ou culturais. Tal situação afetou demasiadamente a condição de segurança no continente, uma vez que fomentou disputas territoriais e fronteiriças (MEREDITH, 2017).

Em segundo lugar, fruto da situação reinante de insegurança, apresenta-se a questão da migração e urbanização. A movimentação de pessoas resultante de más condições de vida, alterações climáticas drásticas ou crises humanitárias tem levado vários atores internacionais, com especial interesse da União Europeia, a debater calorosamente uma resposta para mitigar

tal processo. Sem o estabelecimento de uma situação de segurança efetiva e melhorias nas perspectivas econômicas, o fluxo de pessoas não somente continuará, mas poderá aumentar, obrigando os líderes globais a coordenarem melhores soluções para administrar o problema. Além disso, se o sistema político de um Estado não se adaptar à população, no caso do continente africano cada vez mais jovem e tecnologicamente conectada, a dissonância política entre ambos também pode se tornar um impulso adicional para busca de novas oportunidades em outros locais.

Em terceiro lugar podemos considerar os fatores ambientais. O fenômeno do aquecimento global e o aumento das variações climáticas são amplificados na África pelo Deserto do Saara. O Saara é o maior deserto do mundo e cobre mais de um quarto da massa terrestre da África (GRITZNER; PEEL, 2018). Com os lagos e rios secando, as fontes de água doce estão diminuindo. Tal ameaça é fácil de se ignorar como um problema do futuro, mas não deve ser ignorada no presente.

Por último, o problema reinante de saúde pública que afeta quase a totalidade do continente africano, e a falta de gestão das instituições públicas, são motivo de preocupação. Tal fato é igualmente motivador da emigração, contribuindo para criação e fortalecimento de redes de tráfico ilícito. Em que pese a existência de uma abundância de recursos naturais na África (petróleo, água, outros minerais e alimentos), nem todos os governos têm necessariamente a capacidade ou regime legal em vigor para administrar com sucesso essas vastas reservas de recursos.

Essas questões geopolíticas estão intrinsecamente ligadas. A presença e ação de organizações terroristas compele a população a abandonar suas casas e buscar por melhores condições de vida. A pesca ilegal é conduzida de forma predatória e contribui para ampliar a escassez de alimentos. A demanda de mão de obra na mineração acaba por empregar trabalho infantil para suprir a demanda. A má governança pode fazer com que jovens ambiciosos e bem

informados, fundamentais para o futuro de qualquer país, deixem sua terra natal em busca de um futuro melhor.

Este trabalho não proporrá respostas específicas das grandes potências a todos os problemas e desafios anteriormente descritos. Ao contrário, buscará apresentar uma visão estratégica das maneiras consideradas mais adequadas a serem aplicadas quando uma eventual intervenção se fizer necessária. Como todas essas questões apresentadas são atuais, é imperativo destacar que há uma incerteza no contexto futuro da situação geopolítica da África dificultando sobremaneira qualquer estimativa que venha a ser formulada. É importante entender essas questões subjacentes e sua interconexão antes de avançar, para dissecar um modelo ocidental de política externa moderna, usando o *soft power* e o *smart power*.

2 UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA DOS PODERES OCIDENTAIS

A mudança do perfil das ameaças geopolíticas no século XXI exige uma mudança na abordagem da cooperação internacional e forçou os líderes mundiais a mudarem as táticas de poder para se relacionarem melhor com a comunidade internacional. Felizmente, Joseph S. Nye, Jr., ex-Secretário Assistente de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional dos Estados Unidos da América (1994-1995), previu os desafios globais de hoje em 1990 e defendeu uma nova abordagem para as relações exteriores em uma era de avanço tecnológico e conectividade incomparável (NYE, 1990). Os desafios que a África enfrenta, delineados no final do capítulo um, precisam de soluções multidimensionais e frequentemente multinacionais, não totalmente dependentes de proezas militares. Embora a posse de armas nucleares tenha trazido um novo sistema de classificação entre os países mais fortes do mundo em termos do poderio militar, a capacidade de influenciar o comportamento de outro Estado é mais poderosa do que os recursos tradicionais de *hard power* (NYE, 1990).

Este capítulo analisa as abordagens *soft power* e *smart power*, e também defende um modelo de assistência internacional que apoia o uso de intervenção militar calculada ou assistência apenas quando necessário. Além disso, devido a ameaças transnacionais, uma estrutura bem definida de colaboração de segurança é inevitavelmente necessária para atingir as raízes dessas ameaças. Começaremos explorando o conceito de *soft power* de Nye com mais profundidade, com foco em sua aplicabilidade na África.

2.1 *Soft power e como relaciona-se com a África Pós-Guerra Fria*

No final da Guerra Fria, a capacidade das grandes potências com impressionantes recursos de poder tradicional para controlar seus ambientes políticos foi diminuída pela natureza mutável das questões na política mundial (NYE, 1990). A abordagem de relações internacionais Pós-Guerra Fria sugerida por Nye foi chamada de *soft power*, e o argumento é

que a capacidade de um Estado de controlar seu ambiente político, ou ganhar poder, é cada vez mais vencida por meio do avanço da cooperação internacional e da “atração cultural, ideologia e instituições internacionais,” ao invés de meios coercitivos econômicos ou militares tradicionais (NYE, 1990). Ao mesmo tempo em que Nye reconheceu o poder da ameaça por meio da posse de armas nucleares, ele afirmou que o modelo do velho mundo de ganhar poder internacional apenas por meio da força militar bruta é ineficaz contra os desafios globais atuais (Pós-Guerra Fria, pós-1991). A realidade provou que a teoria de Nye estava correta; as ameaças transnacionais do século XXI, desde as mais simples como as drogas às mais avançadas como as redes de terrorismo, foram capazes de permear a fronteira dos Estados Unidos da América, uma das maiores potências nucleares do mundo.

Nye afirma que Estados menores, militarmente mais fracos, e entidades não estatais podem obter influência sobre governos maiores em uma era de interconectividade, avanço tecnológico e incerteza política (NYE, 1990). Esse conceito pode ser visto na capacidade das redes terroristas de causar destruição e morte em algumas das maiores cidades do mundo. Há trinta anos atrás, Nye via a possibilidade de ameaças transnacionais, como organizações terroristas, devido à crescente conectividade de nosso mundo, e isso antes de a internet estar disponível ao público. Embora escrito sob a perspectiva de uma sociedade capitalista (os Estados Unidos da América), os conceitos de Nye, de 1990, podem ser perfeitamente aplicados para analisar o crescimento doméstico e internacional da África nos últimos trinta anos. A força dessas mudanças ideológicas e de atitudes culturais no norte da África culminou no movimento da Primavera Árabe e continua até hoje. Especificamente, a hipótese de Nye sobre o potencial crescimento de Estados pequenos, menos populosos ou pobres devido ao aumento do nacionalismo e das tecnologias emergentes que podem eliminar as barreiras de comunicação e transporte, pode ser vista em toda a África (NYE, 1990).

Depois de décadas de uma guerra ideológica entre capitalismo e socialismo, os países em desenvolvimento, incluindo todos os países africanos, tiveram a “liberdade” de escolher sistemas políticos moldados pelas culturas e ideais dos governados, sem a pressão de escolher entre ser leal aos Estados Unidos da América ou à ex-União Soviética (RICE, 2017). Muitos Estados africanos conquistaram sua independência durante a última metade do século XX, o que tornou este um período de transformação, tanto antes como depois do fim da Guerra Fria. Infelizmente, esse período de oportunidade deu lugar a inúmeros golpes militares e aos governos autoritários. Um desses golpes foi conduzido por Muammar Gaddafi³ na Líbia em 1969; Gaddafi manteve-se no poder como líder da Líbia até 2011, caindo durante a crise provocada pela Primavera Árabe. Enquanto o caso de Gaddafi é acompanhado por dezenas de outros semelhantes, também podemos ver esforços incríveis de colaboração na cena política e de segurança neste mesmo período. Por exemplo, as raízes da União Africana (UA, anteriormente a Organização da Unidade Africana) começaram a se formar durante a última metade do século XX, seguidas por comunidades econômicas regionais no continente que coordenam esforços em segurança além de aspectos econômicos (NDOMO, 2009). Apesar de alguns governantes autocráticos ainda estarem no poder, os movimentos sociais e políticos do século XXI, aproveitando-se de um mundo conectado, provaram ser mais eficazes em moldar o ambiente político na África, seguindo a premissa do *soft power* de Nye.

A influência obtida quando a ideologia e cultura de um Estado são admiradas não pode ser igualada. No entanto, esse efeito do *soft power* pode levar décadas para ser alcançado. A próxima seção analisa a abordagem de *smart power* para relações internacionais, incluindo opções para engajamento militar, que é mais adequado para os dias atuais, mas ainda abrange a importância dos valores do *soft power* em nossa era de informações.

³ Esta grafia de “Muammar Gaddafi” será usada durante todo este trabalho, a menos que seja usada em uma citação direta com uma grafia diferente.

2.2 O conceito de *smart power* com força militar calculada

Em 2013, o Comandante do Comando Central dos Estados Unidos da América, General James Mattis, disse ao Senado dos Estados Unidos da América: “Se vocês não financiarem totalmente o Departamento de Estado, então eu preciso comprar mais munição”⁴ (EUA, 2013, p. 16, tradução nossa). O Departamento de Estado dos Estados Unidos da América conduz atividades de relações exteriores para promover os interesses dos Estados Unidos da América no exterior, espalhando a democracia e aumentando a segurança e a prosperidade no mundo (EUA, 2019c). O fato de um dos principais militares generais dos Estados Unidos da América fazer essa declaração durante uma guerra mostra a magnitude dos efeitos do uso apropriado da diplomacia e do desenvolvimento. Mattis relaciona diretamente o aumento do emprego dessas funções do Departamento de Estado a um menor uso da força militar como meio de alcançar fins políticos.

Em 2004, depois que os Estados Unidos da América estiveram envolvidos em conflitos na Guerra Global Contra o Terrorismo por três anos (desde 2001), a advogada norte-americana de direitos humanos Suzanne Nossel apresentou seu conceito de *smart power*, ou internacionalismo liberal. Nossel argumenta que os Estados Unidos da América voltaram às formas tradicionais de ganhar poder com a força militar e defendem uma abordagem de relações internacionais que englobe não apenas o envolvimento militar, mas também a diplomacia, os esforços econômicos e comerciais e o foco na ajuda externa e na disseminação dos valores norte-americanos (NOSSEL, 2004). O conceito de *smart power* também incentiva “o uso inteligente do poder para promover os interesses dos EUA por meio de uma rede estável de aliados, instituições e normas”⁵ (NOSSEL, 2004, p. 132, tradução nossa). O argumento para o *smart power* não é um apelo para diminuir a capacidade das forças armadas, mas sim um

⁴ Do original: “If you don’t fund the State Department fully, then I need to buy more ammunition ultimately.”

⁵ Do original: “[...] the smart use of power to promote U.S. interests through a stable grid of allies, institutions, and norms.”

reconhecimento do poder de barganha dos esforços diplomáticos, sociais e técnicos na atual esfera de assuntos internacionais. Este trabalho referirá-se a um uso ponderado de *soft power* e *smart power*, ao mesmo tempo em que enfatizará uma série de possíveis forças militares a serem empregadas, além da guerra prolongada, em apoio à promoção das posições políticas de um país. Está claro, no início deste século, que um uso calculado da força militar pode ser benéfico, mas nenhum esforço militar deve ser independente do processo diplomático.

Antes de olhar para uma abordagem essencialmente ocidental a esta forma contemporânea de intervenção estrangeira, podemos olhar para as Operações de Paz das Nações Unidas (UNPKO) como um modelo para o uso de mão de obra militar colaborativa para fornecer segurança física e, assim, permitir um maior desenvolvimento internacional. Embora as missões da UNPKO não sejam exclusivas da África, existem atualmente oito missões em andamento no continente, de um total de catorze missões da UNPKO (ONU, 2019)⁶. A premissa de que uma coalizão internacional, com objetivos pacíficos, pode ajudar a trazer segurança a um Estado que está reconstruindo-se após um conflito e é o tipo de força colaborativa calculada que tem o potencial de ser efetiva em nosso mundo. É aceitável e quase esperado que um novo governo possa necessitar de assistência externa ao começar, e a comunidade internacional pode efetivamente fornecer essa assistência sob a orientação e organização da ONU. As duas seções a seguir abordarão especificamente os modelos ocidentais para fornecer assistência militar ou de segurança estrangeira em nosso mundo de desafios geopolíticos complexos e darão alguns exemplos de esforços na África.

2.2.1 *Um método internacional e interagencial (União Europeia e OTAN)*

Os Estados da União Europeia têm um desafio único ao fornecer ajuda externa ou assistência militar aos países da África: elas têm um estigma colonial predisposto que não pode

⁶ O Brasil está atualmente apoiando dez missões da UNPKO, segundo a ONU.

ser apagado devido à História. No entanto, os laços coloniais da Europa com a maior parte da África também criaram laços econômicos entre os continentes, o que leva ao aumento do interesse europeu na África ainda hoje (HILL, 2019). Além disso, as raízes coloniais que os Estados europeus criaram na África há centenas de anos significam que muitos africanos têm uma língua comum, seja o francês, o português, ou o inglês, em menor grau. Apesar do desafio de superar os aspectos negativos do colonialismo, os países da União Europeia, tanto individualmente quanto em conjunto, se uniram para combater as ameaças transnacionais que emanam da África. Especificamente, nesta seção discutiremos duas missões de segurança marítima da Força Naval da União Europeia (EUNAVFOR) que mostram uma abordagem verdadeiramente coletiva com emprego de força calculada para abordar ameaças transnacionais que afetam não apenas a segurança, mas também a economia global.

Primeiro analisamos o caso da pirataria no largo do Chifre de África, que levou à criação da missão antipirataria da EUNAVFOR-Somália, a Operação ATALANTA. A atual guerra civil da Somália criou um espaço sem governo onde atividades ilícitas e o terrorismo floresceram, exigindo assistência internacional para proteger as rotas marítimas, por vezes protegendo a ajuda humanitária que está sendo entregue à Somália (REVERON, 2010). Os EUA participaram das missões da ONU na Somália na década de 1990, com ação militar cinética, mas alguns argumentam que as forças retiraram-se antes que a verdadeira estabilidade fosse alcançada, parcialmente devido a uma fracassada missão de alto nível (MEREDITH, 2017). A falta de oportunidades econômicas no Estado falido levou muitos que vivem próximos ao litoral a voltarem-se para a pirataria para uma renda rápida. A União Europeia lançou a Operação ATALANTA em 2008 como um esforço militar combinado para combater o crime marítimo e a pirataria na região. Em 2010, os custos da pirataria para a economia internacional foram estimados entre 7 e 12 bilhões de dólares⁷ (BOWDEN; HURLBURT; ALOYO, MARTS;

⁷ Custos em dólares dos Estados Unidos da América (USD).

LEE, 2010). Segundo a União Europeia, em janeiro de 2011, mais de 700 reféns e 32 navios estavam sendo mantidos por piratas somalis (UE, 2016). Em outubro de 2016, a UE informou que nenhum refém ou navio estava sendo mantido e que nenhum navio-auxílio do Programa Mundial de Alimentos da ONU foi atacado desde o início da operação.

O sucesso da ação militar da EUNAVFOR no combate à pirataria na Somália faz parte de um esforço diplomático e de desenvolvimento mais amplo na Península Somali e é uma das muitas operações navais na região. A UE fundamentou as suas operações em bases jurídicas sólidas para a sua ação militar ATALANTA, apoiando resoluções específicas do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O próximo passo no processo criminal é garantir que ações legais civis sejam tomadas. Outras organizações internacionais, nomeadamente a ONU, já abordaram o aspecto legal do combate ao crime marítimo através do seu Gabinete contra a Droga e o Crime (UNODC). A ação militar não pode ficar sozinha ao combater ameaças transnacionais como a pirataria e o terrorismo, especialmente quando as implicações econômicas ou humanitárias são de longo prazo.

Um segundo exemplo da intervenção internacional da UE em andamento, também no espaço marítimo na África, combate o tráfico ilegal e o contrabando de pessoas do norte da África para a Europa. Tal esforço, denominado Operação SOPHIA, é um resultado direto da crise da Líbia e será analisado mais adiante no capítulo três. Por último, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) criou uma iniciativa “*hub*” para reunir especialistas civis e militares para prevenir a instabilidade e fortalecer o flanco sul da OTAN. O nome do projeto é Direção Estratégica da OTAN Sul (NSD-S) e sua missão é obter uma maior compreensão dos desafios para o sul da OTAN, a fim de melhor informar os líderes do ambiente circundante da OTAN e afetar positivamente a estabilidade e a prosperidade ao sul da OTAN (OTAN, 2019). Muitos dos esforços iniciais do programa estavam focados em questões geopolíticas que chegavam à Europa através do norte da África; no entanto, o *hub* também se concentra na raiz

desses desafios e reúne especialistas locais para adotar uma abordagem integrada de *smart power*.

É claro que tanto a UE como a OTAN reconhecem que é necessário um equilíbrio bem definido de meios diplomáticos e militares para enfrentar os desafios geopolíticos na África. Além disso, essas coalizões internacionais com objetivos de longo prazo reconhecem que os processos efetivos de aplicação das leis locais, judiciais e de governança geral são necessários para lidar verdadeiramente com as ameaças transnacionais. Enquanto os militares dos EUA participam de atividades de coalizão multinacional em toda a África e estão envolvidos em missões da UNPKO, o Departamento de Defesa dos EUA também tem um quadro militar cujo único propósito é o engajamento internacional. A próxima seção analisará a ampla gama de opções militares disponíveis para o governo dos EUA para cumprir as suas metas militares, diplomáticas e de desenvolvimento no exterior e, especificamente, na África.

2.2.2 O modelo dos Estados Unidos da América de cooperação em segurança

Ao enfrentar ameaças transnacionais modernas, é necessário empregar esforços militares para abordar as causas principais e fortalecer as habilidades dos parceiros. A política militar dos Estados Unidos da América tem mudado constantemente de abordagem para ser mais eficaz como ferramenta de *soft power* e *smart power* desde a era da Guerra Fria. Alguma versão da Agência de Cooperação da Defesa e Segurança dos EUA existe desde 1971. Hoje, esta agência de defesa “promove os interesses da segurança nacional e da política externa dos EUA, fortalecendo a capacidade das forças de segurança estrangeiras de responder aos desafios compartilhados”⁸ (EUA, 2019b, tradução nossa). Os meios usados para realizar essa missão – treinar, equipar, aconselhar e ajudar as forças parceiras – são de grande alcance e não são aprovados unilateralmente pelo governo dos Estados Unidos da América. O Departamento de

⁸ Do original: “[...] advances U.S. national security and foreign policy interests by building the capacity of foreign security forces to respond to shared challenges.”

Estado divulga relatórios sobre questões humanitárias, como tráfico humano, e se um país não corresponde a um determinado padrão, a assistência de segurança pode ser retirada. Por fim, o Congresso dos Estados Unidos da América aprova o orçamento de assistência militar estrangeira do Departamento de Defesa e o Departamento de Estado coordena de perto e, às vezes oficialmente, concorda em gastar verba para essa ajuda (REVERON, 2010). Embora a Agência de Cooperação da Defesa e Segurança seja a agência conjunta e abrangente que coordena e supervisiona grande parte da assistência militar estrangeira para as forças armadas dos EUA, os membros militares destacados ou vivendo no exterior envolvem-se todos os dias com forças parceiras para alcançar segurança e estabilidade.

Cada ramo militar dos Estados Unidos da América tem uma comunidade de *Foreign Area Officers* (FAOs) ou, em português, oficiais de relações internacionais, dedicada à missão de cooperação na área de segurança. Essa comunidade de oficiais fornece aos comandantes e responsáveis pelas decisões civis informações para moldar como a ajuda externa dos Estados Unidos da América é gasta para ajudar as forças parceiras. O conceito de “soldado-estadista” é usado para descrever a capacidade de ser bem versado em táticas e estratégias militares, tendo como referência, paralelamente, a imagem maior da diplomacia, alinhando-se perfeitamente com o conceito de *smart power* de Nossel. As FAOs incorporam esse espírito, especialmente na África, onde os parceiros nem sempre têm dinheiro para fazer grandes compras de equipamentos militares construídos nos EUA. As relações militar-a-militar no continente são verdadeiramente baseadas no combate a ameaças comuns e na construção das instituições necessárias para fornecer segurança e proteger os direitos humanos. A assistência militar usada para alcançar esses objetivos não segue um programa padrão, e requer coordenação com outros parceiros estrangeiros com interesses e objetivos similares. No final, a segurança de um Estado dependerá dos esforços das forças locais, mas a intervenção estrangeira pode potencialmente ajudar essas forças a serem mais eficazes.

O *United States Africa Command* (USAFRICOM) foi criado em 2008 e é responsável por todas as operações, exercícios e cooperação na área de segurança do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América no continente. O Comandante do USAFRICOM apresentou seu relatório anual ao Senado dos Estados Unidos da América em fevereiro de 2019 e declarou:

A África é de interesse permanente para os Estados Unidos da América e a segurança é um pré-requisito para o crescimento econômico e o desenvolvimento. [...] muito pouco, se houver, dos desafios da África podem ser resolvidos usando apenas a força militar”⁹ (EUA, 2019a, p. 3, tradução nossa).

O Comandante também aborda, nesse relatório, a necessidade, ocasional, de empregar a força em apoio a parceiros para combater ameaças comuns e cita especificamente os casos da Líbia e Somália, onde os Estados Unidos da América agiram em apoio à ação limitada da coalizão para proteger civis, combater o terrorismo e responder a violações dos direitos humanos. Além disso, as forças armadas dos Estados Unidos da América utilizam um modelo de treinar e assistir, preparando parceiros para combater efetivamente as questões locais em vez de usar recursos militares e mão de obra dos Estados Unidos da América para conduzir a ação militar direta (REVERON, 2010). Tal modelo nem sempre é uma opção, mas unidades militares inteiras dos EUA foram formadas para realizar esse tipo de missão.

Depois de uma análise da conceituação de *soft power* de Nye no século XX na África, da apresentação do conceito de *smart power* de Nossel e de um estudo de como os poderes militares ocidentais modificaram as táticas de engajamento para enfrentar as ameaças transnacionais, olharemos para a crise da Líbia (2011) para dar um exemplo completo do espectro de interesse e envolvimento estrangeiros na África. Do ponto de vista militar, continuando a linha de pensamento deste capítulo, as operações cinéticas na Líbia, dos Estados Unidos da América e da OTAN, e a Operação SOPHIA, da UE, serão estudadas para mostrar

⁹ Do original: “Africa is an enduring interest for the United States, and security is a pre-requisite for economic growth and development. [...] very few, if any, of Africa’s challenges can be resolved using only military force.”

como as forças armadas em apoio à resoluções internacionais podem alcançar objetivos coordenados. No entanto, devemos começar com uma breve revisão da situação geopolítica na Líbia e como ela deteriorou-se durante o regime autoritário de Gaddafi.

3 APLICAÇÃO DE *SMART POWER* NA LÍBIA

O período da história recente conhecida como Primavera Árabe começou na Tunísia em dezembro de 2010, com os manifestantes exigindo maior liberdade individual e direitos democráticos perante os governantes autoritários. Essa onda de insurreição aconteceu no norte da África e no Oriente Médio, com mudanças bem-sucedidas na Tunísia e no Egito, que ocorreram sem violência generalizada. No entanto, o movimento que se enraizou na Líbia em fevereiro de 2011, levou a uma guerra civil e a uma crise que ainda não está totalmente resolvida até os dias de hoje. As demandas dos manifestantes – o direito de liberdade de expressão, oportunidade econômica e outros valores democráticos – são resultado de nosso mundo interconectado descrito por Nye. O uso da força militar para expulsar o líder líbio Muammar Gaddafi parecia sugerir que o ocidente estava impulsionando uma agenda democrática para obter poder econômico ou político. No entanto, a crise da Líbia não envolveu apenas uma potência ocidental agindo unilateralmente; as ações militares foram o resultado de sanções internacionalmente aprovadas. Os esforços coordenados nos setores militar e diplomático por uma coalizão de parceiros internacionais, tanto durante a crise quanto depois, caracterizam-se por um uso efetivo de força limitada, mas também mostram os desafios associados a uma abordagem internacional de *smart power* no período pós-conflito.

Este capítulo discutirá a resposta internacional ao regime autoritário da Líbia. A abordagem liderada pelo ocidente, a partir de 2011, não só tratou a causa da dissidência na Líbia (Gaddafi), mas também tentou apoiar o processo de paz, segurança e reconstrução para o Estado falido. Embora o conflito ainda esteja em andamento, a abordagem de longo prazo empregada pelos parceiros da OTAN, tanto no campo militar como no diplomático, contrasta fortemente com as abordagens tomadas em outras partes do mundo árabe. Muito mais coordenação e colaboração serão necessárias para reconstruir instituições governamentais, mas os primeiros passos foram dados, incorporando uma abordagem de *smart power* para usar força militar

calculada quando necessário, mas sem perder o enfoque nos aspectos econômicos, políticos e morais da intervenção para construir a prosperidade global sob valores democráticos no norte da África. O trabalho também não ignora os desafios atuais da situação e discute desacordos entre os parceiros internacionais sobre o caminho a seguir na Líbia.

A evolução das relações ocidentais com a Líbia ao longo do século passado mostra a perpetuidade das relações de Estado para Estado em constante mudança e em constante evolução. Analisaremos neste capítulo a ascensão de um governante autoritário, a rejeição do mundo a esse governante e, em última instância, a rejeição do cidadão a seu governante em favor de ideais liberais. Ao longo, veremos a disseminação de desafios transnacionais e a necessidade de uma abordagem inteligente e coordenada para devolver um Estado líbio em funcionamento ao cenário político mundial.

3.1 Intervenção estrangeira na Líbia durante a história moderna (até 2011)

Esta seção não pretende contar toda a história da Líbia, mas algum contexto histórico de intervenção internacional é necessário para entender os desafios do século XXI das relações externas e da intervenção na Líbia. Após períodos de ocupação italiana (1912-1942) e administração britânica e francesa (1943-1951) no século XX, o Reino Unido da Líbia tornou-se um Estado independente em 1951 com o estabelecimento de uma monarquia sob o rei Idris al-Sanusi, apoiado pela ONU e financeiramente pela ajuda britânica e dos EUA (VANDEWALLE, 2012). Sob a monarquia, o Estado recém-formada foi dividida em três províncias, separadas mais ou menos por linhas tribais e culturais preestabelecidas. A liderança do país tinha uma relação positiva com as potências ocidentais, e com os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha operando bases aéreas na Líbia e fornecendo ajuda externa. Em 1960, a Líbia recebeu mais de 100 milhões de dólares (USD) em ajuda dos EUA, o maior beneficiário *per capita* de ajuda dos EUA no mundo (VANDEWALLE, 2012). Em 1959, foi descoberto petróleo na Líbia, trazendo uma riqueza sem precedentes para o jovem Estado. Os

investidores estrangeiros desenvolveram uma economia dependente do petróleo e o país prosperou financeiramente. No entanto, os desafios crescentes no estabelecimento de uma identidade nacional, na gestão do influxo inesperado da riqueza petrolífera, na defesa das relações com as potências ocidentais e muitos outros fatores levaram à eventual tomada militar do Reino em 1969 (VANDEWALLE, 2012).

Após o golpe nacionalista de 1962 no Egito por Gamal Abdul Nasser e a onda nacionalista da Guerra Árabe-Israelense de 1967, a Líbia seguiu a tendência no mundo árabe em 1969, quando o então capitão Muammar Gaddafi liderou um golpe militar e uma revolução popular, tomando o poder da monarquia, com base no populismo e na modernização (VANDEWALLE, 2012). Ironicamente, os manifestantes da Primavera Árabe que derrubaram o regime de Gaddafi em 2011 também pediram a modernização de sua sociedade no mundo árabe. A Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista foi formada em 1969, com Gaddafi como o primeiro governante pós-monarquia do país, propagando o socialismo árabe e o anti-imperialismo (VANDEWALLE, 2012). Quase todos os setores da economia foram nacionalizados, começando pelos ativos petrolíferos e seguidos por imóveis e serviços públicos. Gaddafi logo isolou a Líbia do mundo ocidental e as tropas britânicas e norte-americanas deixaram o país em 1971.

As sementes das ameaças transnacionais foram plantadas na Líbia muito antes da Primavera Árabe de 2011. A Líbia foi colocada na lista de Estados patrocinadores do terrorismo de 1979 pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América após um ataque à Embaixada dos Estados Unidos da América em Trípoli (VANDEWALLE, 2012). A missão diplomática dos Estados Unidos da América retirou-se da Líbia em 1980 e sua embaixada em Trípoli foi fechada. Inúmeras sanções foram impostas à Líbia pelos Estados Unidos da América até a década de 1980, e as companhias petrolíferas norte-americanas retiraram-se em 1986 (VANDEWALLE, 2012). Depois de vários ataques terroristas na Europa, os Estados Unidos

da América bombardearam a capital líbia de Trípoli em 1986. Hoje, esse tipo de ataque é visto como uma forma de *hard power*, demonstrando poder militar; sem mais ações ou negociações diplomáticas, onde a influência real não seria alcançada. Agora está claro que o uso da força por si só apenas atraiu mais sentimentos antiocidentais. A força do ataque não foi forte o suficiente para provocar uma resposta favorável de Gaddafi, e a situação continuou em grande parte como antes dos ataques.

Em 2003, Gaddafi assinou um acordo para abandonar as armas de destruição em massa da Líbia; essa concessão foi o início da reabertura das relações diplomáticas e econômicas com o ocidente (VANDEWALLE, 2012). Talvez Gaddafi tenha percebido que isolar-se em seu próprio território em detrimento de um mundo cada vez mais interconectado não seria viável. Depois de alguma hesitação, as empresas ocidentais começaram a investir na Líbia novamente. Um Escritório de Ligação dos Estados Unidos da América foi aberto em 2004 e a embaixada em Trípoli reabriu em 2006. Do ponto de vista militar, as relações abertas com a Líbia permitiram uma luta mais fácil contra as células terroristas existentes no país. O regime de Gaddafi parecia efetivamente reprimir quaisquer opiniões políticas ou culturais divergentes na Líbia, até fevereiro de 2011, quando a Líbia foi engolida pelo levante da Primavera Árabe.

3.2 *Ímpeto para ação estrangeira recente*

Em dezembro de 2010, um jovem tunisiano incendiou-se em protesto contra práticas corruptas do governo e repressão. Este evento provocou a Revolução de Jasmim na Tunísia, levando a uma mudança de liderança em uma direção mais liberal e democrática após quase um mês de protestos, forçando o presidente da Tunísia, Zine al-Abidine Ben Ali, a renunciar depois de 23 anos no poder (MEREDITH, 2017). Uma insurreição similar no Egito, protestando contra a brutalidade policial e uma situação econômica cada vez pior, levou à destituição do presidente Hosni Mubarak em fevereiro de 2011. O movimento regional

desencadeou uma série de protestos na Líbia na mesma data. Os esforços do governo para suprimir os protestos tornaram-se violentos e levaram as Nações Unidas a denunciar as ações do regime de Gaddafi.

A resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR) - 1970, em 26 de fevereiro de 2011, exigiu o fim da violência na Líbia, anunciou um embargo de armas, e congelou os bens do regime de Gaddafi; estes esforços foram apoiados por todos os 15 membros do Conselho de Segurança (ONU, 2011a). A ONU denunciou não só o emprego da violência pelo regime de Gaddafi contra a população civil, mas também encaminhou a liderança do país ao Tribunal Penal Internacional (TPI) como resultado do tratamento do povo da Líbia. Depois de mais três semanas de violência, a UNSCR-1973, de 17 de março de 2011, autorizou o uso da força por membros da ONU para “tomar todas as medidas necessárias” para proteger os civis líbios, promulgar uma zona de exclusão aérea acima da Líbia para proibir ao regime de Gaddafi uso de aeronaves militares e detalhou os critérios de aplicação do embargo (ONU, 2011b). Vários países abstiveram-se da votação da UNSCR-1973, incluindo a China, a Alemanha e a Rússia. No entanto, os Estados Unidos da América e muitos de seus aliados da OTAN reconheceram que a força militar seria necessária para combater o regime de Gaddafi.

3.3 Intervenção militar (2011)

A velocidade com que a revolução espalhou-se pela região foi surpreendente, devido à interconectividade do século XXI que Nye referenciou em 1990. A velocidade com que as potências mundiais enfrentaram o regime autoritário de Gaddafi, quando recebeu a resolução da ONU, foi muito rápida. O Comandante Supremo Aliado da OTAN na época, o Almirante James Stavridis, dos Estados Unidos da América, refletiu sobre os desafios e sucessos da missão:

A aliança reagiu rapidamente a uma deterioração da situação que ameaçava centenas de milhares de civis que rebelavam-se contra um regime opressivo. Conseguiu proteger esses civis e, finalmente,

providenciar o tempo e o espaço necessários para que as forças locais derrubassem Muammar al-Kadafi. E isso foi feito envolvendo parceiros na região e compartilhando o peso da tarefa entre os membros da aliança.¹⁰ (DAALDER; STAVRIDIS, 2012, p.2, tradução nossa)

Alguns comentaristas foram rápidos em julgar a intervenção dos Estados Unidos da América na Líbia como um meio de acessar ou controlar a riqueza do petróleo. Na realidade, os Estados Unidos da América começaram a diminuir sua quantidade total de petróleo importado entre 2005 e 2006, segundo dados do Departamento de Energia dos Estados Unidos da América (EUA, 2012). O Presidente dos Estados Unidos da América na época, Barak Obama, também afirmou claramente que o emprego das forças militares dos Estados Unidos da América, juntamente com seus parceiros, foram motivados por um regime que infligia violência à sua população e falta de respeito pelos direitos humanos básicos (OBAMA, 2011). Não havia motivação para uma Líbia instável, e uma intervenção militar calculada e limitada era a resposta mais viável. Os Estados Unidos da América e seus parceiros haviam aprendido com as longas e prolongadas guerras em outras partes do Oriente Médio; 72 horas após os ataques aéreos iniciais, as forças da coalizão interromperam um ataque terrestre a Benghazi, neutralizaram o sistema de defesa aérea militar da Líbia e iniciaram a aplicação da UNSCR-1973 (DAALDER; STAVRIDIS, 2012). Ironicamente, o emprego de *hard power* por Gaddafi para sufocar a revolução líbia pediu uma rápida, esmagadora resposta de *hard power* pelo resto do mundo.

Os limitados e decisivos ataques iniciais das forças dos Estados Unidos da América foram designados como Operação ODYSSEY DAWN (de 19 a 29 de março de 2011). Após esses ataques iniciais, o esforço militar foi entregue à OTAN para continuar a execução da UNSCR 1973. A missão da OTAN, Operação UNIFIED PROTECTOR, começou em 27 de março de 2011 e terminou em 31 de outubro de 2011. As forças rebeldes locais capturaram e

¹⁰ Do original: “The alliance responded rapidly to a deteriorating situation that threatened hundreds of thousands of civilians rebelling against an oppressive regime. It succeeded in protecting those civilians and, ultimately, in providing the time and space necessary for local forces to overthrow Muammar al-Qaddafi. And it did so by involving partners in the region and sharing the burden among the alliance’s members.”

mataram Gaddafi em 20 outubro de 2011. O escopo limitado dessas operações foi positivamente aceito pelo mundo ocidental. Após cerca de dez anos de prolongados combates no Oriente Médio, não havia o desejo de uma prolongada intervenção militar na Líbia com tropas no solo, especialmente pelos Estados Unidos da América (VANDEWALLE, 2012). Por fim, a Liga Árabe e a União Africana também denunciaram o emprego da força de Gaddafi contra o povo líbio, dando mais legitimidade à intervenção internacional.

3.4 Realidade pós-intervenção em um Estado falido

Enquanto a comunidade internacional observava como as revoluções da Primavera Árabe abalaram a Tunísia e o Egito, a situação na Líbia foi diferente, e o líder permanente (Gaddafi) não cedeu em nada à vontade do povo. A recusa de Gaddafi em ouvir e trabalhar com o povo líbio levou o país a uma crise e a anos de conflito interno. A divisão histórica entre as províncias apenas dificultou a formação de um novo governo, especialmente considerando que a dissensão política e o diálogo eram inexistentes na Líbia desde que se tornou um Estado independente em 1951 (VANDEWALLE, 2012). O *Transitional National Council* (TNC) declarou-se o governo provisório da Líbia a partir do meio da crise em 2011 até que as eleições do Congresso fossem realizadas em julho de 2012.

O que demonstra ainda mais a extensão dos desafios de segurança enfrentados pela nova Líbia, foi a morte do Embaixador dos Estados Unidos da América na Líbia, J. Christopher Stevens, em 11 de setembro de 2012 em um complexo diplomático dos EUA em Benghazi por membros da Ansar al-Sharia, um grupo militante islâmico que opera na Líbia. Esse ataque mostrou não apenas a falta de segurança interna na Líbia que permitiu a operação de células terroristas, mas também expôs os remanescentes do sentimento antiocidental no país. Uma análise da intervenção ocidental em todo o conflito mostra falhas tanto nos esforços militares quanto na projeção *soft power* na Líbia. Não é realista esperar que qualquer missão militar seja executada perfeitamente, e o escopo limitado da intervenção militar foi positivo. Esperar o uso

da influência do *soft power* pelas potências ocidentais nessa situação seria irrealista; Gaddafi havia efetivamente convencido sua população de que o ocidente era maligno, e esse sentimento levaria décadas para ser superado após o fim do conflito (VANDEWALLE, 2012). A missão diplomática dos Estados Unidos da América na Líbia fechou sua embaixada e mudou-se para a Tunísia após o ataque de 2012, mas os EUA continuam sendo um defensor do restabelecimento da governança na Líbia junto à comunidade internacional.

A missão militar de 2011 na Líbia cumpriu o objetivo de remover o regime de Gaddafi. No entanto, a resolução pós-conflito mostrou-se mais difícil. O país entrou e saiu do conflito, com diferentes grupos surgindo para tentar tomar o poder enquanto o governo reconstruía-se. A União Europeia comprometeu-se a melhorar a situação pós-crise na Líbia, através do envolvimento tanto civil como militar, possivelmente devido à crise migratória em curso que a Europa enfrenta e à proximidade física entre a Europa e a África. No entanto, os conflitos dentro da UE são contraproducentes para o processo global de reconstrução, especificamente entre a França e a Itália, que apoiaram diferentes grupos líbios nos últimos anos (HILL, 2019). Sem esforços internacionais sincronizados, a intervenção internacional fará mais mal do que bem na Líbia.

Um resultado da interconectividade do século XXI é o acesso ao conhecimento das grandes diferenças na distribuição da riqueza em todo o mundo. Essa realidade econômica é um motivador para o movimento de pessoas em busca de oportunidades econômicas. Em resposta aos milhares de africanos que tentaram chegar à Europa por via marítima no início do século XXI, a EUNAVFOR-Mediterranean lançou a Operação SOPHIA em 2015 cuja conclusão está prevista para setembro de 2019 (UE, 2019). As forças da operação SOPHIA são usadas para combater o tráfico humano, bem como o comércio ilegal de bens (petróleo). A missão também inclui um programa robusto para treinar a Guarda Costeira e a Marinha da Líbia (UE, 2019). O grupo das forças de segurança interna da Líbia é crucial para a reconstrução do

Estado. No entanto, a crise dos migrantes não será resolvida sem diplomacia, o que se revela cada vez mais difícil devido ao aumento do nacionalismo e da xenofobia nos países da UE, com o continente a cada vez menos acolhedor para os estrangeiros. Por exemplo, a Itália, um importante centro de imigrantes, reuniu-se em torno do partido da Liga, com uma forte retórica anti-imigração, durante as eleições parlamentares de 2018 (DE MAIO, 2019). O líder da Liga é agora um vice-primeiro-ministro do país. Esse novo nacionalismo, sobre qual Nye escreveu, obrigou a UE a procurar soluções alternativas para o fluxo maciço de pessoas em direção à Europa.

Estudando-se a Líbia no século XXI, a revolução da Primavera Árabe demonstra como a grande influência do poder nem sempre pode impedir o colapso total de um Estado ou salvar rapidamente um governo em apuros. No entanto, o emprego meticuloso da força militar, seguida pela intensa colaboração internacional para reconstruir o estado fracassado da Líbia, mostra uma notável tentativa de aplicar o conceito de *smart power*, como em nenhum outro lugar do mundo. A necessidade de colaboração internacional é bastante clara; os líderes mundiais devem se unir, sob organizações internacionais como a ONU, para abordar de forma inteligente os desafios presentes na Líbia para o bem de todos.

4 A ABORDAGEM CHINESA: O CINTURÃO E ROTA

Em contraste com a estratégia ocidental de construir relações coordenadas entre setores políticos, econômicos e de segurança com parceiros internacionais e tentar usar o *smart power*, o Partido Comunista Chinês (PCC) adotou uma abordagem diferente das relações externas, em grande parte ligada a finanças, recursos e infraestrutura. Tal abordagem, oficialmente chamada “*Silk Road Economic Belt e o 21st Century Maritime Silk Road*,” mas referida neste trabalho como a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI¹¹), foi introduzida em 2013 pelo Presidente chinês, Xi Jinping, e pretende construir vínculos econômicos em todo o mundo por meio de projetos e investimentos relacionados a transportes e energia (CHATZKY; MCBRIDE, 2019). O BRI inclui um “cinturão” de comércio terrestre e uma “rota” marítima para conectar a China ao resto do mundo. A iniciativa inclui o desenvolvimento de terminais de transporte em locais estratégicos, com mais de 70 bilhões de dólares (USD) em projetos concluídos nos primeiros cinco anos da iniciativa; um mapa do BRI publicado por um centro de pesquisa independente baseado em Berlim, o Instituto Mercator para Estudos da China, que pode ser visto na Fig. 1 no Anexo (EDER, 2018).

Enquanto alguns líderes mundiais são céticos em relação às intenções do BRI, a China insiste que a iniciativa econômica é projetada para impulsionar o comércio, aumentar a infraestrutura e fortalecer as relações sociais (EDER, 2018). De acordo com um laboratório de pesquisa da Universidade de William e Mary, chamado AidData, os maiores receptores de ajuda chinesa entre 2000 e 2014 foram grandes produtores de energia, como Angola; e nesses quinze anos de dados, sete dos dez principais países que receberam ajuda externa chinesa estavam na África (DREHER; FUCHS; PARKS; STRANGE; TIERNEY, 2017). Enquanto o BRI divulga

¹¹ A sigla “BRI” é usada neste trabalho por causa de seu uso popular pelos estudiosos e pela mídia, significando o *Belt and Road Initiative* em inglês.

os atuais investimentos chineses no exterior, as ações deste país na África começaram bem antes de 2013.

A realidade sugere que as iniciativas de desenvolvimento chinesas estariam tentando influenciar o cenário político e militar em regiões ricas em recursos, e politicamente e economicamente vulneráveis (EDER, 2018). A falta de transparência no BRI pode ser motivo de preocupação. Além disso, a China forjou acordos com países menos desenvolvidos, entre os quais Sri Lanka, Djibouti, e Tanzania, utilizando contratos que não são completamente transparentes (EDER, 2018). A África representa a maior economia não desenvolvida do mundo, e a China poderia facilmente usar sua influência econômica para influenciar seus líderes. Na África, as intenções militares chinesas são mais claras do que em outros lugares ao longo do cinturão e rota; uma base de apoio da Marinha de Libertação do Povo Chinês (PLAN) foi aberta em Djibouti em 2017, situada no pequeno país da África Oriental que tem a única base militar permanente dos Estados Unidos da América no continente (HEADLEY, 2018). Além de Djibouti estar localizado em um pedaço estratégico de terra, adjacente ao Estreito de Bab al-Mandeb, conectando o Golfo de Aden ao Mar Vermelho, ele também tem uma população de cerca de um milhão de pessoas e pode ganhar fundos federais significativos ao arrendar terra.

Independentemente dos motivos, o BRI está trazendo atualizações significativas de infraestrutura para o mundo em desenvolvimento. Um instituto de pesquisa sediado nos Estados Unidos da América, o *Asia Society Policy Institute*, publicou recentemente recomendações para tornar a comunidade global mais receptiva às investidas do BRI. As recomendações incluem seguir padrões globais reconhecidos de contratos e negócios, publicando relatórios de progresso em outros idiomas além do mandarim, e conduzir relatórios de impacto ambiental e social, dentre outras recomendações (RUSSEL; BERGER, 2019). Os temores de que a China esteja posicionando-se para operar forças militares em vários locais do

mundo são um tanto preocupantes para as potências ocidentais que veem a China como uma ameaça sempre crescente. Esse aspecto militar e as possíveis implicações políticas dos mais de setenta países envolvidos no BRI, que se tornam de alguma forma endividados com o país com a maior população mundial e o maior produto interno bruto do mundo, poderiam abalar grandemente a ordem mundial geopolítica e econômica. Tais temas serão contrastados ainda mais no próximo capítulo, depois de explorar a eficácia de ambas as abordagens ocidentais do *soft power* e *smart power* e a abordagem baseada em infraestrutura chinesa para as relações exteriores na África.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO: UMA COMPARAÇÃO

Este capítulo analisa ainda mais a eficácia da abordagem ocidental à Líbia e do *soft power* e do *smart power* como um todo, dado o atual estado geopolítico. Discutiremos alguns dos desafios e destaques da Iniciativa do Cinturão e Rota e faremos uma breve comparação das estratégias de intervenção estrangeira ocidentais e chinesas. O argumento aqui é que os conceitos de Nye e Nossel, introduzidos há muitos anos, são um caminho viável para promover os interesses de um Estado no exterior. É importante notar que a Líbia ainda está recuperando-se da guerra civil, e o BRI também ainda é uma iniciativa em andamento. Só podemos comparar as duas abordagens com base nos dados atuais e no panorama atual das situações.

Devido à rápida deterioração da situação na Líbia em 2011 e as décadas anteriores de visões antiocidentais, o ambiente político no norte da África na época da Primavera Árabe não era necessariamente receptivo ao *soft power* ocidental. No entanto, a abordagem de *smart power* para incorporar o emprego da força limitada em ajudar ao povo da Líbia a se defender contra um governante autoritário, com a intenção e o compromisso de seguir a ação militar para apoiar o fortalecimento institucional era uma abordagem lógica. Fatores como a migração maciça de africanos através da Líbia para alcançar a Europa e a presença continuada de terrorismo no país tornaram a situação de segurança uma prioridade na região, e as potências ocidentais tomaram medidas práticas baseadas em resultados para trabalhar com as novas instituições líbias para enfrentar esses desafios. No entanto, conflitos internos entre estados com diferentes prioridades econômicas e sociais impediram a reconstrução do governo líbio até o momento.

A Operação SOPHIA, da UE, com resultados tangíveis em relação a um tema que é muito debatido na Europa (migração), é um bom exemplo da utilização de forças militares para meios não combatentes. A abordagem ocidental não ignora a possibilidade de emprego da força, que pode não ser bem recebida por Estados que estão cansados das ações e interesses

ocidentais. O foco da Itália para treinar a Marinha e a Guarda Costeira da Líbia e ao mesmo tempo ajudar a reconstruir as instituições governamentais na Líbia é a melhor abordagem de *smart power*; no entanto, todos os atores internacionais devem estar na mesma agenda para obter sucesso. Embora os desafios e as divisões culturais ainda existam, os resultados da Operação SOPHIA até o momento mostraram avanços marcantes, com mais de 300 marinheiros da força marítima da Líbia treinados (UE, 2019). Também apoiando o esforço regional, mas menos divulgado, está a abordagem colaborativa à segurança regional no norte da África para lidar com essas ameaças transnacionais. Por exemplo, a Marinha dos Estados Unidos da América está trabalhando com a Marinha da Tunísia para aumentar a capacidade de reconhecimento do domínio marítimo da Tunísia, e, assim, rastrear traficantes ilícitos. Esse e outros esforços complementares no setor de segurança estão alinhados com as abordagens interconectadas que Nye e Nossel sustentaram em seus conceitos. Embora este trabalho tenha analisado a intervenção na África, principalmente a partir de uma perspectiva de segurança, esforços simultâneos ou de continuação nos domínios político, ambiental e econômico são necessários para que a abordagem do *smart power* de Nossel seja bem-sucedida.

Um exame mais amplo de como a geopolítica global desdobrou-se desde o colapso da União Soviética (1991) apoia o argumento da eficácia do *soft power* ocidental. A ascensão da democracia na última parte do século XX é a base para esse argumento. Enquanto apenas o tempo dirá se a abordagem do ocidente na Líbia é bem-sucedida, a percepção da intervenção é certamente mais positiva do que os compromissos passados. O emprego de força limitada foi eficaz no cumprimento das metas da ONU. Os esforços diplomáticos subsequentes determinarão o sucesso geral da intervenção estrangeira e de *smart power*.

O clima político e econômico global mudou significativamente nos últimos dez anos entre as grandes potências. A Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos Estados Unidos da América de 2017 denuncia a abordagem chinesa na África, citando especificamente

as dívidas acumuladas pelos Estados pobres como um método de exercer poder e domínio em todo o continente (EUA, 2017). Os Estados Unidos da América têm como objetivo ser um corretor honesto de transações econômicas, promovendo a paz, a estabilidade e os esforços humanitários no continente. A abordagem chinesa gera um progresso muito mais tangível e de curto prazo. Este é um desafio para as potências ocidentais que trabalham em prol de metas de estabilidade e prosperidade de longo prazo, sabendo que a gratificação instantânea não é uma maneira de construir instituições financeiras e governamentais plenamente funcionais, mas pode ser uma maneira eficaz de influenciar outros Estados.

As diferenças entre a abordagem chinesa e ocidental das relações exteriores na África são evidentes. O BRI está envolto em sigilo, com o PCC atuando de uma maneira não transparente e deixando de publicar um plano completo de suas iniciativas. Com o resto do mundo colaborando no desenvolvimento internacional, a China está sozinha com sua iniciativa. Isso pode ser visto no norte da África, onde 18 Estados, incluindo 14 aliados da OTAN, fizeram parte da coalizão militar que impõe sanções à Líbia, cumprindo com sucesso as diretrizes da ONU de forma coordenada (DAALDER; STAVRIDIS, 2012). A incapacidade da China de integrar-se com sucesso ao esforço global de segurança e desenvolvimento na África poderia possivelmente ser atribuída a diferenças culturais e linguísticas, mas mais propensas às diferenças substanciais entre valores democráticos e comunistas.

Simplesmente porque a abordagem chinesa é diferente, não significa que seja ineficaz. É provável que seja um meio eficaz de obter apoio da população em geral nas áreas em desenvolvimento. É sempre preferível dirigir em uma estrada bem pavimentada a dirigir em uma de terra. No entanto, as implicações políticas e de segurança em relação à política chinesa são preocupantes. Com qualquer acesso à infraestrutura de transporte do BRI, o PLAN terá um alcance antecipado como nenhum antes, sem depender de parceiros. Até que o PCC

claramente comunique seu plano e financiamento desses projetos à comunidade global, as suspeitas permanecerão, o que prejudicará seus esforços aos olhos do resto do mundo.

Embora este trabalho defenda uma abordagem equilibrada e claramente definida das relações externas políticas, militares, econômicas, sociais e ambientais, ele não desconsidera os efeitos produzidos por programas de desenvolvimento mais agressivos e baseados na economia, como o BRI da China. No entanto, as questões para as relações externas devem levar em conta o ambiente geopolítico global e, devemos trabalhar juntos para combater as ameaças transnacionais.

Por fim, não cobriríamos completamente o tema do grande interesse pelo poder na África sem mencionar a competição entre as superpotências. A ex-Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Condoleezza Rice, argumenta que a ajuda externa é motivada pela competição entre superpotências; no entanto, ela também afirma que embora a ajuda tenha sido usada no passado para induzir a dependência econômica, a era da informação de hoje exige transparência e uso efetivo da ajuda externa (RICE, 2017). Além disso, a competição estratégica de superpotência é identificada como um “desafio central” para a prosperidade e segurança norte-americana no resumo da Estratégia Nacional de Defesa de 2018 dos Estados Unidos da América (EUA, 2018). Essas considerações, de como as superpotências usam o poder econômico para influenciar Estados mais fracos apenas fortalecem o argumento para a abordagem ocidental, democrática e transparente das relações exteriores na África. Capacitar os Estados africanos a conduzirem eficazmente as funções de governo e segurança só aumentará a prosperidade global, que é um plano muito melhor a longo prazo do que se ligar economicamente a uma superpotência mundial como a China.

6 CONCLUSÃO

Os desafios geopolíticos do século XXI, desde as questões ambientais até o terrorismo, exigem uma abordagem das relações internacionais mais complexa do que um Estado exercer poder através da força militar ou econômica. A África, como o continente mais subdesenvolvido do mundo e que abriga uma confluência dos desafios globais de hoje, nos dá exemplos de como diferentes conceitos de relações internacionais foram colocados em prática. Este trabalho dissecou esses conceitos e analisou um estudo de caso sobre o uso do poder na África para buscar como e por que grandes potências estão interessadas na África.

Como Joseph Nye previu em 1990, vivemos em um mundo cada vez mais conectado, graças às inovações tecnológicas. A informação flui livremente entre os continentes e o conhecimento da cena geopolítica está amplamente disponível. Vários desafios do século XXI na África são identificados neste trabalho; todas essas ameaças afetam potencialmente outros países, o que é parte do ímpeto da intervenção estrangeira na África. Sem dúvida, outro interesse dos estrangeiros é um mercado comercial intocado, à medida que o continente se desenvolve e sua população cresce. Por fim, o desejo de projetar a ideologia política é um incentivo duradouro para as relações externas. Esses fatores respondem à pergunta “por quê?” deste trabalho. Os desafios discutidos incluem segurança (especificamente, terrorismo transnacional), migração, questões ambientais e uma falta geral de instituições para gerenciar adequadamente o crescimento das necessidades civis e do gerenciamento de recursos. Este trabalho concentrou-se principalmente nos meios militares para enfrentar esses desafios.

A abordagem ocidental estudada aqui para interagir ou influenciar os Estados africanos foi uma abordagem combinada do *soft power* de Nye e do conceito de *smart power* de Nossel. Esses conceitos respondem à questão do “como” deste trabalho. O *smart power* é uma explicação mais contemporânea do equilíbrio de diferentes fatores de poder – militar, político, econômico e social. Essa abordagem é perfeita no século XXI, quando poucas pessoas

ou Estados desejam guerras de longo prazo e muitos cidadãos do mundo estão comprometidos em desenvolver tecnologias sustentáveis para os próximos anos. Além disso, o emprego calculado da força militar limitada é visto como uma ferramenta necessária neste projeto de relações exteriores. O uso ocidental de pessoal ou equipamento militar para treinar operações de segurança em tempo de paz ou proteger áreas com conflito é uma abordagem criativa e dinâmica para usar as forças armadas para desenvolver as capacidades de parceiros, promover estabilidade e ajudar a acabar com o pensamento de que o mundo ocidental está comprometido em governar apenas pela força.

Um estudo sobre a crise da Líbia durante a Primavera Árabe, e os subsequentes esforços de reconstrução e segurança, mostra que a mudança pode não acontecer da noite para o dia. Enquanto em outras partes do norte da África, os governantes autocráticos foram derrubados em um curto período após os protestos civis, a situação da Líbia era muito diferente. A eventual intervenção militar, conduzida por um contingente internacional diverso, para impor sanções e proteger o povo da Líbia provou ser bem-sucedida em estimular uma mudança de regime, embora tenha levado vários meses. Este trabalho tem uma verdadeira limitação na apresentação do contexto histórico para um continente tão grande, mas o foco na Líbia mostra efetivamente a ampla gama de possíveis abordagens para a intervenção durante uma crise. O uso da força militar para defender uma população de seu governante, em uma capacidade limitada, mas efetiva, com esforços de reconstrução subsequentes, é um uso efetivo do *smart power*. Ainda assim, será difícil julgar o verdadeiro sucesso neste caso até que a Líbia retorne a um Estado funcional.

Outro aspecto do grande interesse de poder na África é visto quando se compara a abordagem da China com o BRI à abordagem ocidental de integrar o *smart power*. Os enormes projetos de infraestrutura da China, especificamente na África, têm o potencial de trazer grandes avanços e maior conectividade ao continente. Por outro lado, com a liderança chinesa não

comunicando claramente as intenções do projeto com os poderes internacionais, isso traz questões sobre outros motivos desses grandes projetos. Mais uma vez, só saberemos com o tempo se a China planeja usar esses novos portos e infraestrutura de energia em benefício próprio, ou se eles são simplesmente projetos de investimento com o desejo de desenvolver parte do mundo.

À medida que nossos líderes mundiais continuam a dar ajuda ao mundo em desenvolvimento e tentam enfrentar ameaças transnacionais crescentes, esperemos que capacitem as pessoas dos Estados em desenvolvimento. À medida que a população da África aumenta, e o continente se torna tecnologicamente mais avançado e tenta aumentar sua economia, as maneiras pelas quais as grandes potências intervêm nos desafios do continente devem ser com fins morais e calculados, especialmente no que diz respeito à força militar. A abordagem ocidental colaborativa aos desafios geopolíticos na África transformou-se para melhor, trabalhando com parceiros para uma África mais próspera e tendo uma abordagem equilibrada para intervir de forma inteligente. Outras potências mundiais viram o desenvolvimento da África como uma oportunidade de investimento, ao mesmo tempo em que investiram em ajuda no continente. É provável que a África pareça muito diferente daqui a vinte ou mesmo dez anos; uma reflexão nesse ponto mostrará os verdadeiros fracassos e sucessos da intervenção estrangeira através do declínio ou crescimento das ameaças transnacionais aqui examinadas.

REFERÊNCIAS

BOWDEN, Anna; HURLBURT, Kaija; ALOYO, Eamon; MARTS, Charles; LEE, Andrew. The Economic Cost of Maritime Piracy. *One Earth Future*. Working Paper, December 2010. Disponível em: <oceansbeyondpiracy.org/sites/default/files/attachments/The%20Economic%20Cost%22of%20Piracy%20Full%20Report.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

CHATSKY, Andrew; MCBRIDE, James. China's Massive Belt and Road Initiative. *Council on Foreign Relations*. Information Paper, 21 May 2019. Disponível em: <cfr.org/backgrounders/chinas-massive-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

DAALDER, Ivo H.; STAVRIDIS, James G. NATO's Victory in Libya: The Right Way to Run an Intervention. *Foreign Affairs*, New York, Vol. 91, No. 2, p. 2-7, March/April, 2012.

DE MAIO, Giovanna. Italy and Immigration: Europe's Achilles' Heel. *The Brookings Institute*. Washington, D.C., 14 January 2019. Disponível em: <brookings.edu/blog/order-from-chaos/2019/01/14/italy-and-immigration-europes-achilles-heel/>. Acesso em: 19 de julho de 2019.

DREHER, Axel; FUCHS, Andreas; PARKS, Bradley; STRANGE, Austin M.; TIERNEY, Michael J. Working Paper 46 - Aid, China, and Growth: Evidence from a New Global Development Finance Dataset. *AidData*. Williamsburg, VA, October 2017. Disponível em: <docs.aiddata.org/ad4/pdfs/WPS46_Aid_China_and_Growth.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

EDER, Thomas S. Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand. *Merics*. Berlin, 7 June 2018. Disponível em: <merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 22 de julho de 2019.

EUROPEAN UNION (UE). European Union Naval Force. European Union's Counter-Piracy Operation Atalanta Extended by Two Years to Help Ensure Pirate Attacks on Seafarers off Coast of Somalia Remain Suppressed. *European Union Naval Force*. 28 November 2016. Disponível em: <eunavfor.eu/european-unions-counter-piracy-operation-atalanta-extended-by-two-years-to-help-ensure-pirate-attacks-on-seafarers-off-coast-of-somalia-remain-suppressed/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

_____. _____. Mission at a glance: EUNAVFOR Med Operation Sophia. *European Union Naval Force*. Website, 2019. Disponível em: <operationsophia.eu/mission-at-a-glance/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

GRITZNER, Jeffrey Allman; PEEL, Ronald Francis. Sahara. In *Encyclopedia Britannica*. Last edited 21 August 2018. Disponível em: <britannica.com/place/Sahara-desert-Africa>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

HEADLEY, Tyler. China's Djibouti Base: A One Year Update, *The Diplomat*, 4 December 2018. Disponível em: <thediplomat.com/2018/12/chinas-djibouti-base-a-one-year-update/>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

HILL, Thomas M. The Conflict in Libya: Testimony before the House Foreign Affairs Subcommittee on Middle East, North Africa, and International Terrorism. *United States Institute of Peace*. Congressional Testimony, 15 May 2019. Disponível em: <usip.org/publications/2019/05/conflict-libya>. Acesso em: 28 de julho de 2019.

MEREDITH, Martin. *O Destino da África: Cinco Mil Anos de Riquezas, Ganância e Desafios*. Tradução de Marlene Suano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2017. Original inglês.

NDOMO, Atieno. Regional Economic Communities in Africa: A Progress Overview. Nairobi: German Technical Cooperation Agency (GTZ), May 2009. Disponível em: <tralac.org/images/News/Reports/Regional_Economic_Communities_in_Africa_A_Progress_Overview_Atieno_Ndomo_GTZ_2009.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (OTAN). Strategic Direction South Fact Sheet. *North Atlantic Treaty Organization*. Website, 2019. Disponível em: <thesouthernhub.org/about-us/mission>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

NOSSEL, Suzanne. Smart Power. *Foreign Affairs*, New York, Vol. 83, No. 2, p. 131-142, March/April, 2004.

NYE, Joseph S., Jr. Soft Power. *Foreign Policy*, Washington, D.C., No. 80, Twentieth Anniversary, p. 153-171, Autumn, 1990.

OBAMA, Barak. Remarks by the President in Address to the Nation on Libya. National Defense University, Washington, D.C., 28 March 2011. Disponível em: <obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/03/28/remarks-president-address-nation-libya>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

OBJAI, Philip, Jr. ISIS's West African Offshoot Is Following al Qaeda's Rules for Success. *Foreign Policy*, 2 April 2019. Disponível em: <foreignpolicy.com/2019/04/02/isiss-west-african-offshoot-is-following-al-qaedas-rules-for-success-nigeria-niger-chad-terrorism-islamic-state/>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

REVERON, Derek S. *Exporting Security: International Engagement, Security Cooperation, and the Changing Face of the U.S. Military*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2010.

RICE, Condoleezza. *Democracy: Stories from the Long Road to Freedom*. New York: Twelve, 2017.

RUSSELL, Daniel R.; BERGER, Blake. Navigating the Belt and Road Initiative, Report, *Asia Society Policy Institute*, June 2019. Disponível em: <asiasociety.org/sites/default/files/2019-06/Navigating%20the%20Belt%20and%20Road%20Initiative_2.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

UNITED NATIONS (ONU). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Report ESA/P/WP/248. World Population Prospects, The 2017 Revision: Key Findings and Advance Tables. New York, 2017. Disponível em: <population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

_____. Peacekeeping. Website, 2019. Disponível em: <peacekeeping.un.org/en>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

_____. Security Council. Security Council Resolution 1970 (2011), S/RES/1970 (2011). New York, 26 February 2011a. Disponível em: <[undocs.org/S/RES/1970\(2011\)](http://undocs.org/S/RES/1970(2011))>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

_____. Security Council. Security Council Resolution 1973 (2011), S/RES/1973 (2011). New York, 17 March 2011b. Disponível em: <[undocs.org/S/RES/1973\(2011\)](http://undocs.org/S/RES/1973(2011))>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

UNITED STATES OF AMERICA (EUA). United States Africa Command. 2019 Posture Statement to Congress. Washington, D.C., 7 February 2019a. Disponível em: <africom.mil/about-the-command/2019-posture-statement-to-congress>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

_____. Defense Security Cooperation Agency. Mission Statement. 2019b. Disponível em: <dscsa.mil/about-us/mission-vision-values>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

_____. Department of Defense. Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America. 2018. Disponível em: <dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

_____. Department of Energy. Energy Information Administration. Annual Energy Review 2011, DOE/EIA-0384(2011). Washington, D.C., September 2012. Disponível em: <eia.gov/totalenergy/data/annual/pdf/aer.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

_____. Department of State. Mission Statement. 2019c. Disponível em: <state.gov/about/about-the-u-s-department-of-state/>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

_____. The White House. National Security Strategy of the United States of America. Washington, D.C., December 2017.

_____. United States Senate. Committee on Armed Services. Hearing to receive testimony on U.S. Central Command and U.S. Special Operations Command in review of the defense authorization request for Fiscal Year 2014 and the future years defense program. Washington, D.C., 5 March 2013. Disponível em: <armed-services.senate.gov/imo/media/doc/13-07%20-%203-5-13.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

VANDEWALLE, Dirk. *A History of Modern Libya* (2nd ed.). New York: Cambridge University Press, 2012.

ANEXO

Mapa da Iniciativa do Cinturão e Rota da China

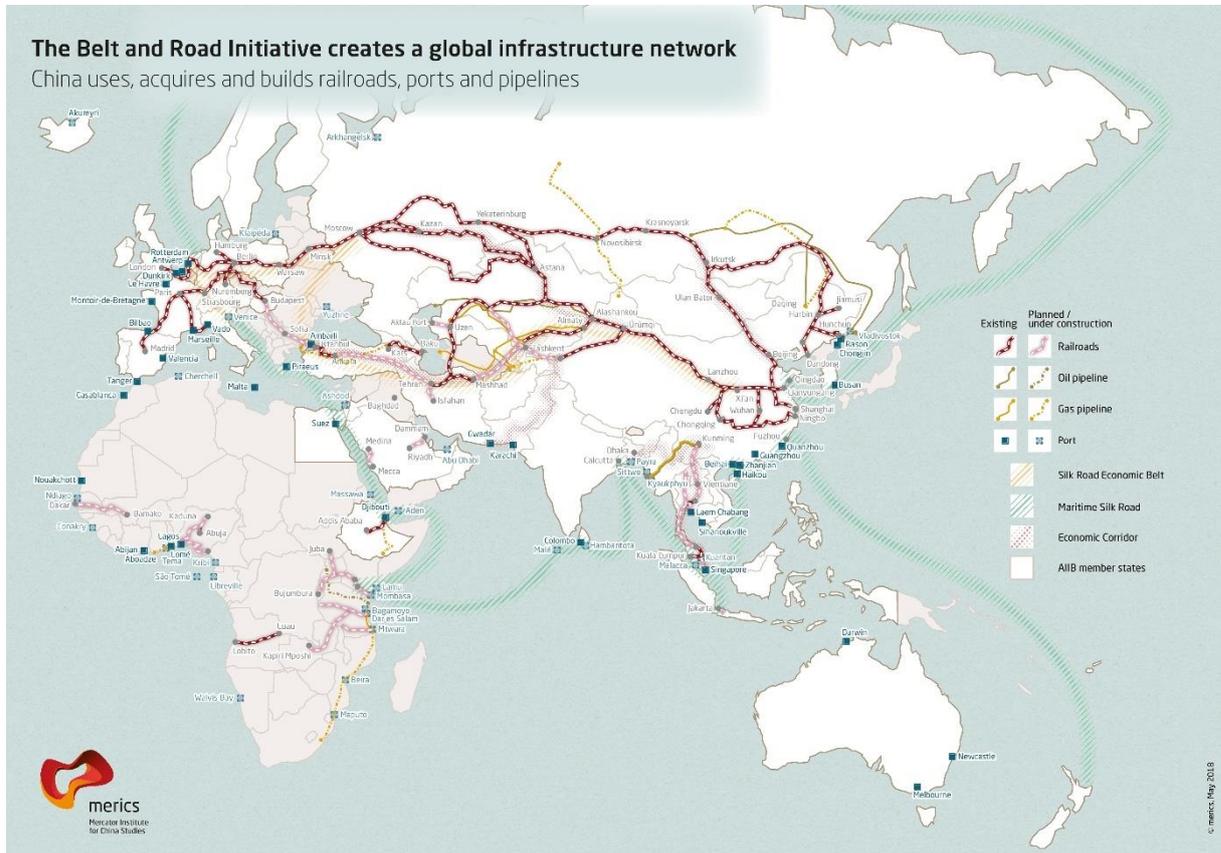


FIGURA 1 - Mapa da Iniciativa do Cinturão e Rota da China

Fonte: *Mercator Institute for China Studies*. Disponível em: <merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 22 de julho de 2019.